PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/93

Nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do caderno de encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/92, de 27 de Novembro, a Bolsa de Valores de Lisboa, após verificar que se encontra já pago, na íntegra, o preço de aquisição do lote indivisível de 978 690 acções da SOCARMAR — Sociedade de Cargas e Descargas Marítimas, S. A., apresentou o resultado da fase de abertura das ofertas, bem como a identificação do adquirente.

Compete agora proceder à homologação do resultado final do concurso face ao disposto no n.º 1 do artigo 28.º do referido caderno de encargos.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu:

1 — Homologar o resultado final do concurso público de alienação de 978 690 acções relativo à reprivatização da SOCARMAR — Sociedade de Cargas e Descargas Marítimas, S. A.

2 — Confirmar como adquirente o agrupamento liderado por Nuno de Mesquita Gabriel dos Santos Pires.

Presidência do Conselho de Ministros, 22 de Abril de 1993. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/93

Não foi apresentada qualquer proposta no âmbito do concurso público relativo à reprivatização conjunta das participações detidas pela PARTEST — Participações do Estado (SGPS), S. A., e pela CIMPOR — Cimentos de Portugal, S. A., respectivamente no capital das sociedades SECIL — Companhia Geral de Cal e Cimento, S. A., e CMP — Cimentos Maceira e Pataias, S. A.

No entanto, mantém-se o interesse do Estado em proceder à venda daquelas participações no âmbito da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, e algumas entidades têm revelado conveniência em estudar a hipótese de as adquirir.

Essas entidades manifestaram interesse em ter acesso a um conjunto de documentação de natureza confidencial que se encontra na posse do Governo, designadamente os relatórios das instituições que procederam à auditoria e avaliação da SECIL e da CMP.

O acesso àquela documentação, à semelhança do que se verificou no âmbito do concurso público disciplinado pelo caderno de encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/92, de 27 de Novembro, deve ser regulamentado.

Assim:

Nos termos das alíneas d) e g) do artigo 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu:

1 — No âmbito de estudos com vista à aquisição das participações detidas pela PARTEST — Participações do Estado (SGPS), S. A., e pela CIMPOR — Cimentos de Portugal, S. A., respectivamente no capital das sociedades SECIL — Companhia Geral de Cal e Ci-

mento, S. A., e CMP — Cimentos Maceira e Pataias, S. A., podem os interessados, durante o prazo de 90 dias, contado a partir da data da publicação da presente resolução, solicitar ao Secretário de Estado das Finanças um conjunto de documentação de natureza confidencial relativo às sociedades SECIL e CMP, constituído, entre outros, pelos relatórios das instituições que procederam à sua auditoria e avaliação e da Secção Especializada para as Reprivatizações.

2 — Para efeitos do número anterior, os interessados terão de depositar previamente, na Caixa Geral de Depósitos, à ordem da Direcção-Geral do Tesouro, a importância de 50 000 contos.

3 — O depósito referido no número anterior não é reembolsável, salvo se o Governo vier a optar pela alienação das participações detidas pela PARTEST e CIMPOR em concurso público, situação em que se aplicará o disposto no n.º 2 do artigo 8.º do caderno de encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/92, de 27 de Novembro.

4 — As entidades que, nos termos do n.º 1, tenham tomado conhecimento do teor da documentação aí referida ficam obrigadas a sigilo quanto ao que dela constar.

Presidência do Conselho de Ministros, 22 de Abril de 1993. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/93

Considerando o disposto na Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, relativa à reprivatização da titularidade ou do direito de exploração dos meios de produção e outros bens nacionalizados depois de 25 de Abril de 1974, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição;

Considerando que, atentos os termos daquela lei, o Decreto-Lei n.º 105/93, de 7 de Abril, previu a alienação das acções da Rodoviária da Beira Litoral, S. A., correspondentes a 100% do respectivo capital social, na titularidade da RNIP — Rodoviária Nacional — Investimentos e Participações, S. A.;

Considerando a proposta do conselho de administração da RNIP — Rodoviária Nacional — Investimentos e Participações, S. A., baseada nos relatórios dos seus consultores, o parecer da Secção Especializada do Conselho Nacional do Mercado de Valores Mobiliários e o parecer da Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações relativamente aos referidos documentos;

Considerando a competência atribuída ao Conselho de Ministros pelo artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 105/93, de 7 de Abril:

Nos termos das alíneas d) e g) do artigo 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu:

1 — Autorizar a alienação das 1 204 078 acções da Rodoviária da Beira Litoral, S. A., que representam a totalidade do respectivo capital social.

2 — Todas as acções são nominativas, podendo ser convertidas em acções ao portador em regime de registo, nos termos dos estatutos da Rodoviária da Beira Litoral, S. A.

3 — As acções relativas às categorias constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 105/93, de 7 de Abril, conterão obrigatoriamente menção da impossibilidade da sua transacção durante os respectivos períodos de indisponibilidade.